

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização Vargem Grande Paulista Região Sudoeste

Local: Câmara Municipal de Vargem Grande Paulista

Data e horário: 18 de abril de 2016, às 19:00h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Emplasa:

Zoraide Amarante Itapura de Miranda
Fabiana Pereira Coelho
Eneas Nucci JunCoordenação Técnica do PDUI:

Coordenação do Conselho Consultivo da Região Sudoeste – Consulti/SSAM

Brígida Sacramento C. Santos

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo – Conisud

Djalma Gonçalves Almeida

Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista

Roberto Rocha - **prefeito municipal e vice-presidente do Conisud**
Walter Mateus Campos de Oliveira - **secretário de Planejamento e Obras**
Luiz Henrique Laroca - **secretário de Assuntos Jurídicos**
José Roque da Silva - **Gestão Administrativa**
Aureo Antonio Fiorita - **secretário de Indústria, Comércio e Emprego**
Diocleciano de Moraes - **comandante da Guarda Civil Municipal**

Câmara Municipal de Vargem Grande Paulista

Vereador Djalma de Oliveira
Vereador Zezinho Tapeceiro

Coordenação Executiva do PDUI

Marcelo Motta

Sociedade Civil e outros participantes

Ver lista de presença

A audiência municipal de mobilização de Vargem Grande Paulista ocorreu na Câmara Municipal e foi coordenada pelo secretário municipal de Indústria, Comércio e Emprego, Aureo Antonio Florita, que compôs a mesa, apresentou as pessoas e deu os informes necessários para o desenvolvimento dos trabalhos. Ele ressaltou a importância da audiência de mobilização, que contou com a participação de representantes da sociedade civil, de movimentos sociais e de ONGs, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP). O objetivo desses encontros é mobilizar os cidadãos.

A mesa foi composta por **Roberto Rocha**, prefeito de Vargem Grande Paulista, pelo vereador **Djalma de Oliveira**, pela assessora especial e coordenadora da Sub-região Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, **Brígida Sacramento dos Santos**, e pela gerente da Emplasa, **Zoraide Amarante Itapura de Miranda**, que fez a palestra sobre o PDUI, dando subsídios para a discussão e apresentação de propostas para o território do município e da sub-região.

Em seguida, foi cantado o Hino Nacional Brasileiro.

Dando prosseguimento aos trabalhos, a palavra foi passada a Brígida Sacramento, representante do Governo do Estado, que, resumidamente, explicou o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Na sequência, houve uma exposição técnica, feita pela gerente da Unidade de Infraestrutura da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), Zoraide A. Itapura de Miranda. Inicialmente, foi exibido o filme institucional do PDUI-RMSP, disponível na plataforma digital do Plano (www.pdui.sp.gov.br). Depois, Zoraide explicou o que é o Estatuto da Metrôpole, a lei federal que determinou a aprovação do PDUI, no que ele consiste, seu conteúdo mínimo, e mostrou a atual estrutura da RMSP.

A gerente situou a fase em que o processo de construção do PDUI está na Região, após a definição do Conselho, do Comitê Executivo e dos Grupos de Trabalho. Ressaltou que várias propostas já estão sendo elaboradas pela equipe técnica com base nos estudos realizados pela Emplasa, a exemplo do Plano de Ação da Macrometrôpole Paulista. A gerente da Emplasa informou que os cidadãos podem enviar suas contribuições diretamente do site do PDUI, onde também estão sendo disponibilizadas as propostas dos representantes do poder público.

Zoraide prosseguiu com a apresentação sobre:

- **Estatuto da Metrôpole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da Instância Deliberativa para aprovação do PDUI.**

Após a apresentação da Emplasa, foi aberto espaço para perguntas.

ARISTEU ANDRADE: Para que haja planos, plano diretor, há gastos. De onde virá a verba para esses gastos?

ZORAIDE: Essa é a questão central. Cadê o dinheiro para resolver o problema? Estamos vivendo uma crise econômica no país e os recursos públicos são escassos, porém, a lei exige a elaboração de um plano que indique uma conduta de prioridades nos projetos e que esses projetos indiquem, obrigatoriamente, qual é o recurso, quanto custa e quais as possibilidades de financiamento. Financiamento internacional ou dos governos, federal ou estadual, e algum tipo de participação das prefeituras. Mas, há muitas soluções para alguns problemas que não envolvem um volume vultoso de recursos. Dessa maneira, nós estamos trabalhando nessas soluções que envolvem os sistemas da prefeitura e do Governo do Estado e os empresários. Com as informações organizadas a partir desse sistema pode-se fazer Parcerias Público-Privadas (PPPs). Por exemplo, na questão do tema da logística que eu comentei aqui, nós tivemos uma reunião muito rica com grupos empresariais que lidam com a logística e que falam sobre soluções para os seus problemas relativamente simples: baixo custo para o poder público. As plataformas logísticas são instaladas pelo setor privado e a atuação do governo fica na regulamentação do horário e demais itens necessários à circulação das cargas. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) tem um sistema viário metropolitano que está sendo acordado com a Emplasa. É preciso georreferenciar todas as vias, colocá-las no Sistema de Informação Geográfica (SIG), apresentar para as prefeituras e propor uma gestão compartilhada do Sistema Viário Metropolitano (Sivim). Esse é um caso típico de solução que não requer tantos recursos e pode-se começar a praticar já.

ARISTEU ANDRADE: Desde a década de 1980, sempre trabalhei em São Paulo e sempre usei a Viação Danúbio Azul para esse deslocamento. Já não está na hora de trazer o metrô até Vargem Grande Paulista?

AUREO FIORITA: Eu digo que sim. Isso é um plano diretor e nele deve ser colocado o que é mais necessário. Da minha parte, considero essa proposta muito válida.

ROBERTO ROCHA: Aproveitando que o Aureo já colocou isso, volto a afirmar que a linha de Metrô deve vir até Vargem Grande Paulista. Sei que é uma proposta ousada, mas temos que planejar. Esse Plano que estamos montando definirá as prioridades e a gestão dos recursos, que virão de diversas fontes, e será gerido pelo Governo do Estado de São Paulo. Esse fundo será comum para os 39 municípios. E virá de diversas formas, por exemplo, do ICMS, do IPVA, etc. Mas, a maior parte dos investimentos que serão utilizados na execução desse plano é do Governo do Estado, que terá os recursos necessários para os projetos prioritários para a região. Como já foi citado, uma outra forma são as PPPs decorrentes de um processo de licitação onde o Estado passa os empreendimentos para a iniciativa privada explorar por um determinado tempo, cerca de 30 anos. Então, na realidade existem muitas maneiras de se buscar os recursos. Nesse caso, vai existir um fundo de financiamento específico para financiar obras, seja com recursos próprios, seja por meio de empréstimos internacionais. Porque isso já é uma realidade que está sendo praticada aqui.

JOSÉ EDUARDO LEVY: Quero colocar que 50% da Sub-região Sudoeste têm seus municípios inseridos na Lei de Proteção e Preservação dos Mananciais e os demais, de 50% a 90%. Minha pergunta é: Como crescer sustentavelmente?

ZORAIDE: Dentro do PDUI, existe um Grupo de Trabalho de Meio Ambiente que tem discutido muito esse tema. A questão dos mananciais é fundamental. Nós estamos tendo a felicidade de estar construindo o PDUI junto com um outro projeto do Governo do Estado de São Paulo que é o PDPA (Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental) com dez áreas de proteção ambiental que abrangem a Região Metropolitana. Algumas delas já têm leis específicas, outras não têm. Então, seria muito interessante participar da elaboração das legislações específicas para aqueles mananciais que ainda não têm e participar, também, da revisão daqueles que já têm. Houve uma apresentação da Secretaria do Meio Ambiente para o GT e eles estão vindo aqui na região para coletar as informações junto às prefeituras. Então, teremos a oportunidade de construir junto com eles a legislação relativa, especificamente, aos mananciais, aos recursos hídricos, que é fundamental para a região. Alguns municípios têm esse recurso natural e precisam preservá-lo, portanto, não podem ficar impedidos de desenvolver outras atividades econômicas que são incompatíveis com a proteção do manancial. Todos estão apresentando propostas de compensações financeiras para esses municípios.

LEVY: Como a capacidade produtiva existente na região sede da metrópole pode desconcentrar os municípios e as sub-regiões?

ZORAIDE: Esta é uma questão muito importante, pois o município de São Paulo concentra o maior número de população e atividades econômicas da Região Metropolitana e isso não é o desejável ao desenvolvimento sustentável da região porque concentra muita riqueza e muitos problemas. É interesse, inclusive de São Paulo, que haja um desenvolvimento mais harmônico, e que outros municípios possam receber atividades econômicas. Mas, para isso, eles precisam ter uma infraestrutura que atraia empresas para se instalarem ali. Por exemplo, é importante ter uma infraestrutura de circulação de mercadorias e de pessoas, infraestrutura de saneamento, entre outras. No âmbito do PDUI, tem-se discutido isso. Posso citar o exemplo do GT de Transporte e Logística, que tem discutido a participação de prefeituras e do Governo do Estado de São Paulo, no sentido de priorizar as chamadas ligações perimetrais, permitindo a interligação dos municípios, estimulando a implantação de atividades econômicas. Se existir uma ligação que não passe por São Paulo, como é o caso do Rodoanel, será um investimento expressivo do Governo do Estado de São Paulo, com a participação do Governo Federal. Outras obras poderão ser feitas nesse sentido e estão sendo discutidas no âmbito do PDUI, como os corredores de ônibus, o Ferroanel ou até o projeto do Hidroanel.

LEVY: São Paulo terá um decréscimo populacional e, na contrapartida, haverá um acréscimo populacional nos municípios do entorno. Atualmente, esses municípios possuem uma população pequena, mas, serão os que receberão a maior quantidade de pessoas que sairão no município sede. O que fazer?

ZORAIDE: Na página do PDUI, tem uma área denominada Biblioteca, onde nós estamos colocando os estudos que a Emplasa vem fazendo, entre eles um desenvolvido com apoio da Unicamp, do grupo de Estudos de População, que analisa essa mobilidade pendular na Região Metropolitana de São Paulo. As pessoas saem da onde e vão para onde? Muitas vezes elas vão para um lugar que não necessariamente é o seu destino final. Vão por falta de opção. Esse e os demais estudos estão na página do PDUI. Quem quiser conhecer, acesse www.pdui.sp.gov.br.

ANA LUCIA: Enfermeira da Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde de Vargem Grande Paulista pergunta se já existe algum plano de integração de sistemas de saúde?

ZORAIDE: Esse plano tem caráter territorial com interfaces com temas econômicos, urbanos e sociais como saúde e educação. O PDUI possui uma lista de temas transversais de caráter territorial que está sendo priorizado e não está contemplando os temas referentes à educação e saúde, pois entende que estes possuem políticas próprias e já estão dentro de suas respectivas estruturas. Porém, se houver necessidade e as propostas se referirem a equipamentos regionais, o PDUI as levará em conta, com certeza. O documento disponibilizado na plataforma do PDUI, chamado "Visão da Metrópole", também trata desse tema e tem os setoriais que trabalham especificamente o sistema único e outras estruturas que compõem o sistema. A Emplasa e o Governo do Estado, em conjunto com as prefeituras, estão tentando priorizar os temas transversais da região, tais como: transporte, habitação, saneamento, economia e meio ambiente. Principalmente estes cinco temas, que vão ter rebatimento em todos os temas sociais.

JOSÉ CARLOS PEREIRA: Quando uma obra de infraestrutura está determinada pelo Plano Diretor dos municípios ela não tem que ser cumprida? Este questionamento decorre da interrupção do asfaltamento da Estrada da Capela, com ligação a Itapevi, que já estava assinado por Vargem Grande e pela Prefeitura de Itapevi e o governo estadual brecou o processo. Como obrigar o governo a seguir as determinações acima de seus interesses políticos? Eu acredito que o Plano Diretor tem esta função, o que está escrito lá é realmente uma meta e um cronograma para ser seguido.

ROBERTO ROCHA: Vou relatar o que aconteceu em 2010. O Governo do Estado, cujo governador era José Serra, tinha um programa de governo onde constava um projeto executivo para pavimentação da ligação da SP-270, Raposo Tavares, com a SP-274, passando por Itapevi, com o objetivo de asfaltar de Vargem Grande a Itapevi. Em julho daquele ano, o Governo do Estado licitou a obra para fazer a pavimentação. Em agosto, suspendeu a licitação e até hoje não foi retomada. Esse Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado é importante para que nós possamos defender tudo aquilo que a gente quer para nossa região e para nosso município. Conforme foi colocado, com a descentralização de São Paulo, os municípios do entorno vão receber muita gente, serão construídos muitos empreendimentos residenciais e, conseqüentemente, pessoas saindo e vindo morar em Vargem Grande. Para desenvolver a área residencial, comercial e de trabalho aqui é preciso melhorar a mobilidade urbana da região. Então, é importante que esse PDUI contemple todo esse planejamento, pois ele será Lei que deverá ser cumprida. Por isso é importante que

nós, de forma clara e com propostas exequíveis, possamos fazer todas as reivindicações, para melhorarmos a nossa mobilidade urbana.

CASSIUS: Desde que eu estou participando do PDUI vejo muita coisa, mas não consigo ter uma referência concreta de como que as propostas serão viabilizadas, pelo fato de ser um plano muito extenso que aborda muitos assuntos. Eu queria saber qual a referência que a Emplasa tem de outros países, de outras situações, de algum setor ou de alguma parte do planeta, onde as propostas foram realmente contempladas e elaboradas.

ZORAIDE: Esta é a primeira experiência no Brasil de um plano metropolitano que se transforma em lei. Isso muda bastante o caráter do plano. Antes, eram grandes diretrizes, que apoiavam o desenvolvimento do Estado em grandes setoriais, mas agora não. Agora é uma lei. Essa lei depois vai ter travas nas leis orçamentárias, obrigatoriamente. Então, isso torna as ações mais transparentes e mais efetivas. Essa é uma exigência de que esteja nas leis orçamentárias do Estado e das prefeituras. O Governo Federal só passará recursos se estiver nas leis orçamentárias estadual e municipal. Nós também estamos fazendo um esforço de discutir tendo como base outras experiências. A Emplasa participa de duas redes metropolitanas internacionais, a RAMA, que é a Rede de Áreas Metropolitanas das Américas, capitaneada pela Região Metropolitana de Montreal, no Canadá, e com a participação de outras regiões metropolitanas da América Latina, principalmente América Central e do Sul. Temos discutido sobre a experiência de cada um. Nós montamos, a partir dessa rede, um projeto que é um pedido de financiamento para o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esse trabalho está começando agora, mas já foi selecionado e aprovado e contará com a participação de uma região metropolitana da Colômbia e a Região Metropolitana da capital de El Salvador. Nós vamos nos debruçar sobre as formas de financiamento dos projetos, que é a grande questão, de como vamos financiar estes projetos. Tivemos em Montreal discutindo, é uma região metropolitana que tem apenas dez anos e trabalha com poucos temas, específicos e centrais para a região. O transporte é ali o carro-chefe. Eles conseguiram, recentemente, uma grande vitória, que foi a obrigatoriedade dos planos de transporte das cidades de passarem por esta instância metropolitana, que estará olhando o conjunto da região metropolitana. Não vai ser só mais um plano setorial, ele tem que estar casado com outros planos da região. Então, nós estamos olhando para estas experiências. Tem uma outra rede, que é a Rede Metropolis, que envolve as regiões metropolitanas da Europa, principalmente, e algumas americanas. Estamos fazendo algumas parcerias com Barcelona para discutir a questão da cidadania e da identidade metropolitanas. Então, estamos trocando experiências, vendo aquilo que eles aplicaram e foram bem sucedidos, pra gente trazer para a nossa região metropolitana, obviamente, adaptadas à nossa realidade. Estamos fazendo esse esforço. Temos estudado os planos metropolitanos dessas regiões mais os de Paris, Barcelona, Montreal, com o objetivo de conhecer essas experiências bem sucedidas.

JOSÉ JOÃO DE LIMA: Porque as alças de acesso de nossa cidade são tão deficitárias? Duplicaram a Rodovia Raposo Tavares e os moradores não têm mais como atravessar de um lado para outro. Isso não estava previsto no Plano Diretor do município?

ROBERTO ROCHA: Há duas semanas, foi aprovado o nosso Plano de Mobilidade Urbana, no qual estão contempladas melhorias de calçadas, implantação de ciclovias e melhorias de alças de acesso ao município inteiro. Nós colocamos no Plano de Mobilidade de Vargem Grande Paulista a proposta do município receber mais duas passarelas, uma no quilômetro 43 e uma no quilômetro 45, para melhorar a acessibilidade de toda a população e, principalmente, das pessoas com deficiência e idosos. Previmos a implantação de um viaduto na região central, interligando os nossos bairros, porque a duplicação da Raposo Tavares criou um grande impacto entre os bairros existentes. Nós temos vários dispositivos no nosso Plano de Mobilidade Urbana Municipal para pleitear junto ao Governo do Estado de São Paulo e junto ao Ministério das Cidades. A melhoria destas alças de acesso, por uma questão de competência, deve ser pleiteada junto ao Governo do Estado, porque hoje a rodovia é administrada sob a concessão da CCR e sob a fiscalização da agência reguladora Artesp.

ADRIANA: Falando sobre a questão da duplicação, nós participamos juntos de várias reuniões em São Paulo, no DER (Departamento de Estrada de Rodagem), e até hoje não temos uma solução, até hoje a população não sabe o que vai acontecer. Sabem que vai acontecer uma bifurcação, mas onde realmente ela vai acontecer? Temos alguma posição sobre o que vai acontecer? Onde vai ter retorno? Existem muitos pontos de interrogação e muitas pessoas perguntam pra gente o que realmente está previsto para o nosso município? E essa previsão de aumento populacional, pela descentralização de São Paulo, como será enfrentada por nós?

ROBERTO ROCHA: Adriana, devemos nos juntar: população, funcionários, vereadores e prefeito, e fazer um ofício solicitando ao DER que venha fazer uma apresentação para a gente do projeto de duplicação da Rodovia Raposo Tavares de Vargem Grande Paulista até Ibiúna para esclarecer toda a população. Nós temos um bom relacionamento institucional com o DER e com a Secretaria dos Transportes e Logística do Estado de São Paulo. Com conhecimento do projeto do Governo do Estado para o nosso município, de toda nossa Sub-região Sudoeste, podemos pleitear que nossas reivindicações de mobilidade urbana sejam inseridas, inclusive no orçamento do PPA, e que constam no nosso Plano Diretor Municipal e também constarão no PDUI.

ADRIANA: Quero recolocar o assunto do aumento populacional porque estima-se que a nossa Sub-região receberá até 2030 um aumento de 20% da população total. É um fluxo muito grande de gente que estará passando por aqui.

SILVANO: Como conter a agressividade do setor imobiliário na expansão do tecido urbano disperso na região metropolitana? Isso vai ao encontro do que estamos falando.

ZORAIDE: O Estatuto da Metrópole prevê que o PDUI indique as áreas mais adequadas ao assentamento urbano e que tenha consenso entre Governo do Estado, prefeituras e sociedade civil. Nós estamos, inclusive amanhã, fazendo uma discussão com as prefeituras e Governo do Estado de um mapa de vulnerabilidades da Região

Metropolitana de São Paulo. É justamente um momento muito importante porque poderemos unificar essas áreas, a partir do estudo do Instituto Geológico do Governo do Estado de São Paulo, que estará subsidiando a discussão, de onde não seria desejável que houvesse uma ocupação urbana em áreas já conhecidas como vulneráveis.

VIRGÍNIA MARIA: Já existe uma linha ferroviária, atualmente desativada, que atravessa o município. Qual o interesse de se colocar no PDUI proposta para usá-la para transporte público, uma vez que parte desta ferrovia é hoje usada para transporte de carga? Lembrando que parte dela era utilizada para chegar a Santos, o Trem da Prata.

ZORAIDE: O Governo do Estado de São Paulo tem um projeto de trens regionais. São investimentos grandes que estamos discutindo com a Secretaria de Transportes e Logística para saber qual vai ser a prioridade dela, para a implantação desses trens. São projetos que vão depender de financiamento do Governo Federal, eventualmente, até internacionais, porque o transporte sobre trilhos é muito desejável e muito eficiente, sob vários aspectos. Porém, sua implantação é muito cara. Então, exige um planejamento, uma definição de prioridades. São vários eixos que estão contemplados neste programa de trens regionais, inclusive, ele está no Plano de Ação da Macrometrópole (PAM 2013-2040), elaborado pela Emplasa. Pelo que você coloca, não está desativada para o transporte público, mas em uso para transporte de carga. Mais uma razão para que esta linha seja contemplada numa identificação desses estudos, com a possibilidade de uso compartilhado, de carga com passageiro. São estas discussões que nós temos que fazer em conjunto, prefeituras, Governo do Estado e sociedade, para definir estas prioridades.

DJALMA: Eu queria deixar minha contribuição nessa audiência de mobilização no que diz respeito aos resíduos sólidos. Nós temos um problema muito grande em nossa região, que é descartar o resíduo sólido, poluindo o meio ambiente e trazendo um transtorno para nossa região. Então, eu gostaria de saber se há possibilidade dos oito municípios criarem uma cooperativa de reciclagem desse material.

ZORAIDE: Este tema dos resíduos já está sendo tratado nas reuniões que a Emplasa está fazendo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), que tem uma equipe especializada. Temos já agendado para o dia 3 de maio uma apresentação da Cetesb do que seria um conteúdo importante para o Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos. Já existe o plano federal, já existe o plano estadual, os municípios têm algumas experiências na própria região metropolitana, de consorciamento, para resolver. É um tema crítico na região. É um problema seríssimo, grave, e que precisa ter bastante soluções, não só uma única, mas soluções regionais e consorciadas. Acredito que a reciclagem é muito bem-vinda, porém, a experiência nacional, e até a internacional, mostra que ela tem limites. A gente tem realmente que discutir isso, é muito urgente.

A seguir, foram feitas as considerações finais por parte do prefeito, que agradeceu a todos pela presença e elogiou o Estatuto da Metrôpole e o PDUI, como uma

ferramenta de ação para concretizar as reais necessidades dos municípios. A audiência municipal de mobilização de Vargem Grande Paulista foi assim encerrada.